

36352-2008-651-09-00-1 – 2ª TURMA

Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU

Publicado no DEJT em 15-10-2010

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS - CONVÊNIO COM CATADORES - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - A Justiça do trabalho é competente para julgar Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com a finalidade de obter do réu a apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos e, conseqüentemente, a implantação de programa permanente de separação seletiva dos resíduos sólidos recicláveis e a celebração de convênio com as organizações de catadores formalmente constituídas. A pretensão tem como objetivo a valorização do trabalho (art. 1º, IV, e 6º da CF) e a proteção do direito-dever ao não trabalho, da criança e do adolescente, de que tratam os artigos 7º, XXXIII, da CF e 403 da CLT, e, portanto, a matéria se inclui no âmbito de competência desta Justiça Especializada, conforme art. 114, I e IX, da CLT. A Lei Complementar 75/1993, art. 83, III e V, afasta qualquer dúvida de que a ação inclui-se no rol de atribuições do Ministério Público do Trabalho e no âmbito de competência desta Justiça Especializada. Recurso ordinário do autor a que se dá provimento para declarar a competência material desta Justiça Especializada e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para análise do feito.